

ALLAN FALLET

Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. LL.M em Direito Tributário pela FGV. Especialista em Direito Constitucional pelo IDP e em Processo Administrativo Fiscal pela ABDF.
Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de SP.
Professor na pós-graduação da PUC/SP. Advogado.

A NATUREZA JURÍDICA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

2019

editoro e livrario

NOESES

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

F184n

Fallet, Allan

A natureza jurídica do processo administrativo fiscal 2019 / Allan George de Abreu Fallet. - 1. ed. - São Paulo : Noeses, 2019.

400 p.

ISBN 978-85-8310-128-4

1. Direito tributário - Brasil. I. Título.

19-58907

CDU: 34:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	V
PREFÁCIO.....	VII
INTRODUÇÃO	1
1. HISTÓRICO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	7
1.1 O Estado brasileiro e a Constituição de 1988	7
1.2 Sistema constitucional	13
1.3 Sistema constitucional tributário	16
2. TEORIA GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	21
2.1 Processo ou procedimento	21
2.2 Processo tributário	27
2.3 Processo administrativo fiscal federal.....	32
2.3.1 Base constitucional do processo administrativo	32
2.3.2 Objeto do processo administrativo fiscal federal	36
	XI

2.3.3	Princípios constitucionais tributários aplicados ao processo administrativo fiscal ...	41
2.3.3.1	Devido processo legal	44
2.3.3.2	Ampla defesa e contraditório	49
2.3.3.3	Publicidade	53
2.3.3.4	Segurança jurídica	57
2.3.3.5	Verdade material	61
2.3.3.6	Princípio do <i>in dubio pro contribuinte</i>	67
3.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	69
3.1	Relação entre o processo administrativo fiscal e o judicial	69
3.1.1	Direito de petição	71
3.2	Fases do processo administrativo fiscal	75
3.2.1	Constituição do crédito tributário.....	75
3.2.2	Auto de infração	79
3.2.3	Defesa administrativa.....	82
3.2.4	O ato de julgar como decisão administrativa	84
3.2.5	Julgamento em primeira instância	86
3.2.6	Julgamento em segunda instância.....	88
3.2.7	A prova no contencioso administrativo tributário	90
4.	EFEITOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ...	99
4.1	Decisões favoráveis	99
4.2	O controle de constitucionalidade pelos tribunais administrativos.....	102

5. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 AO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	107
6. DA NATUREZA JURÍDICA	111
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICE I – DECRETO 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972.....	133
APÊNDICE II – DECRETO 7.574, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011	157
APÊNDICE III – LEI 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	229
APÊNDICE IV – LEI 8.748, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993.....	249
APÊNDICE V – LEI 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.....	255
APÊNDICE VI – PORTARIA MF 343, DE 09 DE JUNHO DE 2015	297